



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - PROJUDI**

Rua Mauá, 920 - 28º Andar - Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP: 80.030-200 - Fone: 3017-2568

**Recurso Inominado nº 0000134-05.2017.8.16.0036**

**3º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais**

**Recorrente(s): GOL LINHAS AÉREAS S/A**

**Recorrido(s): Thiago de Paiva Lira**

**Relator: Rafael Luis Brasileiro Kanayama**

**RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO/CANCELAMENTO DE VOO SUPERIOR A QUATRO HORAS. RELAPSIA DA EMPRESA AÉREA. DANO MORAL IN RE IPSA. DEVER DE INDENIZAR. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 4.1 DAS TRU/PR.**

**1. Conforme Enunciado n. 4.1 da TRU/PR, o cancelamento e/ou atraso de voo somado ao descaso no trato com o cliente enseja reparação moral. Configura descaso com o cliente o não fornecimento de condições adequadas durante o período de espera de novo voo.**

**2. A fixação do valor da indenização por danos morais deve ser estipulada observando-se a culpa do ofensor, a concorrência do ofendido, a capacidade econômica das partes e o caráter punitivo e pedagógico da condenação, norteado pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, à luz do caso concreto.**

**RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

**I. Relatório dispensado.**

**II. Passo ao voto.**

Satisfeitos estão os pressupostos processuais viabilizadores da admissibilidade deste recurso, tanto os objetivos quanto os subjetivos, razão pela qual deve ser ele conhecido.

No caso em análise, estamos diante de uma típica relação de consumo, pois as partes enquadram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor constantes nos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, é assegurado ao consumidor “a *facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências*” (art. 6º).

Restou incontroverso nos autos o descaso e o desrespeito da companhia aérea, que deixou de prestar o auxílio e as informações devidas em relação ao voo em comento. In casu, tem-se que o voo do autor sofreu modificação sem justificativa comprovada nos autos, não tendo na ocasião sido prestadas informações e orientações adequadas aos passageiros para a sua reacomodação.

Além disso, a recorrente não ofereceu voo direto para o destino final, circunstância que não só atrasou ainda mais a chegada do autor à sua cidade em tempo acima de 4h, mas lhe fez passar por situações de transtorno, com necessidade de deslocamento por via terrestre e novo despacho de suas malas.

Sobre o tema, a Turma Recursal do Paraná, em diversos julgados, já consolidou o entendimento segundo o qual o cancelamento e/ou atraso de voo, somado ao descaso e relapsia da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, enseja reparação por danos morais. (Enunciado nº 4.1 da TRU/PR).

Ainda que se trate de problema inevitável, o mínimo que se espera é um tratamento digno com os passageiros, atendendo-se às suas necessidades básicas e oferecendo informações necessárias e tratamento cordial.

Ressalte-se que, no caso, ainda que fornecido *voucher* alimentação, este se deu com várias restrições, impedindo que o autor desfrutasse de refeição plenamente adequada, capaz de atender as suas necessidades do momento.

Dessa forma, ante a relapsia da empresa ré, resta configurado o dever de indenizar.

Destaco jurisprudência neste sentido:

*RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO NO VOO. EMBARQUE REALIZADO APÓS APROXIMADAMENTE 22 HORAS APÓS O PREVISTO. CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS. DESCASO DA COMPANHIA AÉREA NA ADMINISTRAÇÃO DO INCIDENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. ARBITRADO DE FORMA PRUDENTE E ADEQUADA AO CASO CONCRETO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INCIDÊNCIA DO CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ART. 46*

*LJE). RECURSO DESPROVIDO. Precedentes: Enunciado 4.1 da Turma Recursal: Cancelamento e/ou atraso de voo - dano moral: O cancelamento e/ou atraso de voo, somado ao descaso e relapsa da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, enseja reparação por danos morais. Enunciado N.º 12.13 - a) Condenação por danos morais - data da incidência de correção monetária e juros - responsabilidade contratual. Nas indenizações por danos morais, a correção monetária incide a partir da decisão condenatória e os juros moratórios desde a citação. (TJPR - 3ª Turma Recursal em Regime de Exceção - 0000797-76.2015.8.16.0018/0 - Maringá - Rel.: Daniel Tempiski Ferreira da Costa - J. 17.03.2016). g.n.*

Superada a discussão sobre o dever de indenizar, passo à análise da insurgência referente ao *quantum* indenizatório fixado pelo juízo a quo.

No que se refere ao quantum indenizatório, resta consolidado que a indenização deve observar a culpa do ofensor, a concorrência do ofendido, a capacidade econômica das partes e o caráter punitivo e pedagógico da condenação, baseados pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, à luz do caso concreto. Nesses termos, diante das circunstâncias fáticas evidenciadas, bem como tendo em consideração os parâmetros adotados por este colegiado em casos análogos, entendo que o valor arbitrado pelo juiz a quo no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) não merece qualquer reforma.

Não logrando êxito, a parte recorrente deve arcar com as despesas do processo e verba honorária, arbitrada em 20% sobre o valor da condenação, com fulcro no artigo 55 da Lei 9099/95.

### **III. Dispositivo**

Ante o exposto, esta 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais resolve, por unanimidade dos votos, em relação ao recurso de GOL LINHAS AÉREAS S/A, julgar pelo (a) Com Resolução do Mérito - Não Provimento nos exatos termos do voto.

O julgamento foi presidido pelo (a) Juiz (a) Alvaro Rodrigues Junior, sem voto, e dele participaram os Juizes Rafael Luis Brasileiro Kanayama (relator), Marcel Luis Hoffmann e Helder Luis Henrique Taguchi.

**Curitiba, 08 de Março de 2018**

**RAFAEL LUÍS BRASILEIRO KANAYAMA**

*Juiz Relator*